

Projeto Cairuçu – Parcerias para o Planejamento e Gestão da APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga em Paraty, RJ

Adriana de Queirós Mattoso

Resumo - Este trabalho relata a iniciativa da Fundação SOS Mata Atlântica em promover a gestão participativa e integrada da APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga, no município de Paraty, RJ, em parceria com o IBAMA, Instituto Estadual de Florestas - RJ e Prefeitura Municipal.

O primeiro passo foi a elaboração do Plano de Gestão Ambiental destas unidades de conservação, acompanhada de uma série de atividades de educação ambiental e mobilização social, constituindo o “Projeto Cairuçu”, cujos recursos vieram do condomínio Laranjeiras, instalado no interior da Área de Proteção Ambiental, e de outras associações não governamentais, empresas privadas e da própria Prefeitura Municipal.

Palavras-chave – APA de Cairuçu, Planejamento Ambiental, unidades de conservação, educação ambiental, parcerias, Paraty, mata atlântica.

I. INTRODUÇÃO

A APA de Cairuçu, criada pelo IBAMA em 1983, com 33 mil hectares, ocupa cerca de 30% do município de Paraty, incluindo 62 ilhas e ilhotas, as praias de Trindade e Paraty Mirim, entre outras de grande beleza. A Mata Atlântica, incluindo manguezais e caxetais, recobre 80% do seu território.

Em sua porção peninsular, dominada pelo pico do Cairuçu (1080m), foi criada por lei estadual em 1991 a Reserva Ecológica da Juatinga, administrada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF/RJ, e abriga algumas das últimas comunidades tradicionais caiçaras do eixo Rio-São Paulo: Ponta Negra, Ponta da Juatinga, Enseada do Pouso, Saco do Mamangá e Praia do Sono.

Nesta região que concentra a maior diversidade de cetáceos da costa brasileira, com 13 espécies de baleias e golfinhos, foram encontradas 389 espécies de aves e 74 de mamíferos, sendo 106 endêmicas da Mata Atlântica. Ali ainda sobrevivem animais ameaçados de extinção como o mono carvoeiro, o bugio, a onça parda e a jaguatirica, o papagaio-chauá, o macuco, o gavião pombo e a sabiá cica.



Fig 1 – Localização da APA de Cairuçu

II. PARATY : HISTÓRIA , CONSERVAÇÃO E TURISMO

Paraty, cuja ocupação européia se estabeleceu em meados do século XVI, tornou-se o segundo porto em importância econômica do país durante o século XVIII graças ao comércio do ouro, da cana de açúcar e do tráfico de escravos, pois era a única rota entre o Rio de Janeiro e as minas no interior da colônia. Após um segundo período de riqueza no século XIX proporcionado pelo café que vinha do Vale do Paraíba e pela aguardente que produzia, caiu em total decadência e esquecimento a partir da abolição da escravatura.

As matas derrubadas neste período, cuja madeira serviu para a construção dos casarões do Centro Histórico, dos engenhos de cana e das canoas de voga¹, se recuperaram bastante, a ponto de Paraty ser hoje o município com os maiores remanescentes de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, com mais de 10% da sua área total.

Somente nos anos sessenta do século passado Paraty foi “redescoberta”: Sua paisagem de mar, mata, montanha e vila colonial transformou-se em cenário para pintores, atores e cineastas. Iniciava-se o ciclo do turismo, cujos pioneiros vinham por mar desde Mangaratiba ou desciam de carro pela tortuosa Paraty/Cunha, aberta no início dos anos cinquenta em parte sobre o antigo caminho do ouro.

Em reconhecimento ao valor do seu patrimônio arquitetônico, paisagístico e natural, todo o município foi tombado pelo IPHAN² em 1966.

Nos anos setenta tudo mudou.

A construção da primeira usina nuclear e de um terminal da Petrobrás em Angra dos Reis, seguidos da abertura da rodovia Rio-Santos/BR 101, que ligou Angra, Paraty e Ubatuba em 1974, abriu as portas das pacatas vilas históricas para os trabalhadores que vieram com as grandes obras do governo militar. A estrada que soterrou praias e cachoeiras pavimentou o caminho para o capital turístico imobiliário que comprou terras a preço de banana e expulsou o caiçara com o sorriso do tubarão, na ponta do fuzil e na lâmina do trator. Cidades incharam, portas se trancaram, filhas se perderam...

Planejamento participativo, desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade, comunidades tradicionais...estes conceitos engatinhavam, isso tudo era suspeito de subversão, porque gestão ambiental naquela época era a exploração dos **RECURSOS** naturais.

III. A PROTEÇÃO LEGAL DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO

Nos anos setenta não havia IBAMA nem Secretarias do Meio Ambiente. Só havia o Código Florestal, lei federal de

¹ Que levavam até 20 homens dentro de um único tronco cavado

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura

1965. Após a rodovia Rio-Santos, objetivando preservar a Mata Atlântica nesta região, foram criados vários instrumentos legais (Fig 2) como parques, reservas e áreas tombadas, bem como leis para regulamentar a proteção da Mata Atlântica como um todo e mais recentemente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A partir dos anos 80 as ações de proteção e conservação ambiental conquistam melhores posições na sociedade : em 1986 participamos da criação da Fundação SOS Mata Atlântica e da Secretaria do Meio Ambiente em São Paulo. O IBAMA surge em 1989. Após a Eco-92 vários municípios criam suas secretarias de meio ambiente e as ONGs ambientalistas se multiplicam e melhoram seu desempenho.

Esta evolução institucional foi, no entanto, apenas um primeiro passo para viabilizar a aplicação da legislação ambiental.



Fig. 2 – Principais Unidades de Conservação na região

Na região de Paraty, até hoje, é quase nula a proteção efetiva da Mata Atlântica, bem como a implementação das unidades de conservação criadas há mais de vinte anos; a economia e o desenvolvimento local seguem apenas o ritmo normal do mercado turístico imobiliário, determinado e limitado quase que somente pelos 280 km que a separam das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: uma longa viagem cheia de curvas e serras, sujeita a chuvas torrenciais e à queda de barreiras no verão.

A retirada ilegal de palmito, madeira e plantas ornamentais, a pesca de arrasto em locais protegidos, queimadas, aterro de mangues, extração irregular de terra e areia, construções nas margens dos rios, parcelamento ilegal do solo e o tráfico de animais silvestres são seus principais problemas ambientais.

A tabela que segue mostra os instrumentos legais criados para a proteção ambiental da região sul fluminense e litoral norte de São Paulo, que constitui o início da maior porção contínua de remanescentes de Mata Atlântica do Brasil.

PROTEÇÃO LEGAL DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO

Ano	Instrumento legal de proteção	Área-ha	Local
1971	Parque Nacional da Serra da Bocaina	134.000	SP/RJ
1971	Parque Estadual da Ilha Grande	5.500	Angra ,RJ
1972 1976	Parque Estadual Paraty-Mirim/ Área Estadual de Lazer de Parati-Mirim	1.747	Paraty,RJ
1977	Parque Estadual da Serra do Mar	115.000	SP
1983	Área de Proteção Ambiental Federal de Cairuçu	33.800	Paraty, RJ
1984	APA municipal da Baía de Paraty, Paraty Mirim e Saco do Mamanguá		Paraty, RJ
1985	Tombamento da Ponta da Trindade/ Enseada do Sono/Enseada do Pouso, Ilha de Itaoça, Saco do Mamanguá, Enseada de Parati-Mirim, Ilha das Almas, Praia Grande, Ilha do Araújo, Praia de Tarituba		Paraty, RJ
	Área Tombada de Ilha Grande	20.000	Angra, RJ
	Parque Estadual Marinho do Aventureiro	1.312	Ilha Grande, Angra, RJ
	Reserva Biológica da Ilha Grande	20.000	Angra, RJ
	Reserva Biológica da Praia do Sul	3.600	Ilha Grande, Angra, RJ
1986	Área de Proteção Ambiental Estadual de Tamoios	90.000	Angra ,RJ
1990	Estação Ecológica de Tamoios	8.750	Angra e Paraty
1991	Reserva Ecológica de Juatinga	7.000	Paraty
1992	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (UNESCO)		
1993	Decreto Federal 750 protege a Mata Atlântica		
2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC		

IV. O PROJETO CAIRUÇU

Considerando a importância do patrimônio paisagístico, ambiental e cultural de Paraty, e tendo em vista que os governos federal e estadual nunca disponibilizaram recursos materiais minimamente suficientes para a conservação e implantação das suas unidades de conservação, que ocupam 87,4% da área do município, de 917 km², a Fundação SOS Mata Atlântica tomou a iniciativa de levantar recursos e propor cooperações técnicas com o IBAMA, IEF-RJ e Prefeitura Municipal para a elaboração e implementação do Plano de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental – APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga - REJ, constituindo o Projeto Cairuçu, que teve início em abril de 1999.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação define APA como unidade de uso direto: “Área de Proteção Ambiental é uma a área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e

tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”

Já a Reserva Ecológica não foi incluída nesta lei, e pelo Código Florestal esta categoria é de total preservação, não permitindo nenhum tipo de intervenção humana. A lei estadual que criou a REJ, no entanto, permite que a população caiçara nativa desenvolva suas atividades tradicionais de subsistência, porém define a área como não *edificandi*, situação que dificulta bastante a gestão da área pelo IEF.

V. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

Tendo como diretriz básica o envolvimento das comunidades locais no planejamento da gestão da APA e da REJ, o primeiro passo foi informar a população residente do objetivo principal da APA: o desenvolvimento sustentável, ou seja, a importância da conservação do ambiente para garantir a qualidade de vida e os atributos que permitem a geração de recursos por meio do turismo e da pesca, que são as principais atividades econômicas de Paraty: os ambientes marinhos, a paisagem, e a cultura caiçara.

Após o lançamento do Projeto Cairuçu em Paraty, com uma exposição fotográfica animada por músicos locais, os cirandeiros, e uma reunião pública na Casa da Cultura, foi realizado o curso “Acorda Cairuçu!”, de introdução à questão sócio ambiental com 47 professores das 27 escolas da APA, com mais de 90 horas de atividades em campo e sala de aula.

Este curso foi realizado em 5 comunidades isoladas e os principais resultados foram a produção de um “Manual de Brincadeiras e Dinâmicas” e a indicação, pelos professores, do problema do lixo como um tema excelente para concretizar a ligação entre conservação ambiental e qualidade de vida.

O Projeto “Jogue Limpo Cairuçu”, de estímulo à limpeza e coleta seletiva de lixo foi implantado com sucesso na Ilha do Araújo e Praia do Sono, locais onde o lixo só sai de barco. Nas outras comunidades abordadas melhorou sensivelmente a disposição da população em relação ao destino do lixo, principalmente em Trindade, Martim de Sá, Pousos, Praia Grande e Calhaus (Fig 3).



Fig. 3 – A APA de Cairuçu

Foram distribuídas mais de 100 lixeiras plásticas de 120 litros para captar o lixo dos transeuntes, principalmente turistas, mantidas por comerciantes locais.

Crianças e jovens assistiram ao teatro de bonecos “A princesa, o sapo e o lixo”, produziram mais de 300 placas de sinalização em oficinas de pintura, inventaram as “bituqueiras” de PET e outros utensílios.

Associações de Moradores, monitores e ONGs locais, moradores e voluntários realizaram mutirões de limpeza em 8 comunidades e no cais de Paraty, abordaram a população local e visitante na temporada de verão e distribuíram sacos de rafia, sacos plásticos e folhetos informativos da APA, REJ, e Parque Nacional da Bocaina, produzidos pelo Projeto Cairuçu.

No quilombo do Campinho foi criado o “Bloco da Sucata” que desfilou no carnaval de 2000. O “Manual de Coleta Seletiva” produzido pela SOS Mata Atlântica e Prefeitura de Paraty vem sendo distribuído em todas as escolas do município, comunidades caiçaras e rurais.

Num período de 4 anos foram coletadas, como resultado direto e monitorado do “Jogue Limpo Cairuçu” mais de 50 toneladas de lixo inorgânico encaminhado para os centros de triagem de sucata de Paraty, principalmente o “ReciCalixto”, cuja atuação pioneira é fundamental. O sucesso do projeto estimulou várias novas iniciativas e a separação do lixo vem crescendo continuamente no município.

Outras atividades de mobilização e capacitação foram a realização de 2 cursos para lideranças comunitárias, um curso de monitores em ecoturismo e outro de ervas medicinais na Praia do Sono, treinamento de professores para monitoramento da qualidade da água nos rios e reservatórios das comunidades em conjunto com os alunos, a produção de duas exposições fotográficas itinerantes e a participação no Fórum de Desenvolvimento Sustentável (DLIS), em reuniões do Plano Diretor de Paraty e no Seminário Paraty – Planejamento e Patrimônio Mundial.

A SOS Mata Atlântica instalou ainda, no Horto Municipal de Paraty, um viveiro com capacidade para a produção de 50 mil mudas em tubetes, e promoveu a arborização de 5km da rodovia Rio/Santos em parceria com estudantes, proprietários locais e a Flora Paraty.

VI. O PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

Sob a coordenação técnica da SOS Mata Atlântica, apoiada por um grupo executivo de coordenação composto por técnicos e dirigentes do IBAMA, IEF, Prefeitura e SOS Mata Atlântica, o Plano de Gestão promoveu reuniões de auto diagnóstico nas principais comunidades da APA³, com a participação do próprio prefeito e dos gerentes da APA ou da REJ em parte delas.

A caracterização sócioambiental, incluindo os ambientes marinhos da APA, foi elaborada a partir de levantamentos em

³ Trindade, Sono, Ponta Negra, Pousos, Cruzeiro, Curupira, Paraty Mirim, Ilha do Araújo, Boa Vista, Corisco, Campinho, Patrimônio e Cabral.

campo com a aplicação de mais de 1000 questionários junto aos caiçaras⁴, população rural, lideranças e turistas.

Foram realizados sobrevôos de helicóptero para atualizar o mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo, elaborado a partir de fotos aéreas de 1987 e 1995 e estruturado um Sistema Geográfico de Informações.

O zoneamento ambiental e sua regulamentação foram baseados em reuniões nas mesmas comunidades, com projeção das fotos aéreas e discussão no local, além de posterior trabalho no computador com os líderes das associações de moradores, técnicos das instituições parceiras e do IPHAN. (Fig. 4)

Figura 4 – Principais zonas propostas para a APA e REJ

As atividades propostas no Plano foram formuladas a partir das reuniões e de um seminário de planejamento participativo com duração de 3 dias e participação dos representantes das comunidades e da sociedade local, além de técnicos relacionados com a gestão da APA, da REJ e do Parque Nacional da Bocaina, totalizando 40 pessoas. Logo em seguida foi criado pelo IBAMA o Conselho Gestor da APA de Cairuçu.

Após a conclusão do zoneamento e propostas foi realizada uma reunião pública em Paraty e um seminário interno entre os parceiros para estabelecer as responsabilidades de cada instituição no desenvolvimento e implementação das propostas.

VII. A RESPOSTA DOS PARCEIROS

O Plano de Gestão foi entregue ao IBAMA, IEF e Prefeitura em março de 2002, na mesma data da inauguração do Centro de Informações Ambientais e Turísticas do Cairuçu, cuja concepção e coordenação desde o projeto arquitetônico até a programação visual do conteúdo inicial foram da SOS Mata Atlântica.

⁴ O termo “caiçara” designa os habitantes das antigas comunidades costeiras, descendentes do índio, do europeu e do negro, cujas atividades são ligadas à pesca e roças de subsistência, e que, em algumas localidades isoladas, ainda mantêm características culturais marcantes.

O IEF, cuja responsabilidade legal incide somente sobre a área da Reserva Ecológica, manifestou sua aprovação ao Plano e o encaminhou para a Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

A prefeitura encaminhou o Plano para a Câmara de Vereadores que incluiu algumas emendas contraditórias às competências legais municipais e o aprovou no final de 2002.

O IBAMA protestou oficialmente por entender que é exclusivamente sua a competência legal para administrar a APA, criada a nível federal.

O território onde se encontra a APA, no entanto, é municipal, assim como “o lixo, as estradas, os alunos, os doentes, os carentes...Estes problemas são todos da prefeitura...” diz o prefeito José Cláudio de Araújo.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de toda a evolução conceitual sobre a gestão ambiental, definida e declarada em publicações nacionais e internacionais, congressos, políticas públicas e até mesmo no SNUC – Lei 9985/2000 (artigos 26, 30 e 53), ainda é difícil o entendimento e integração entre os poderes públicos federais, estaduais e municipais na gestão de um mesmo espaço. No caso das unidades de conservação de Paraty, é praticamente inexistente.

As Câmaras Municipais em geral são compostas por uma maioria de vereadores que reage veementemente contra a legislação ambiental, cuja aceitação, pela população, também é difícil. A aprovação do Plano nesta instância deveria ser “comemorada” pelo IBAMA, para em seguida sofrer a necessária correção formal.

Divulgar e mostrar a importância da legislação, dos processos de planejamento e gestão ambiental, as vantagens da implementação das áreas protegidas que podem e devem resultar em benefícios e desenvolvimento para a própria comunidade é o nosso principal desafio.

O Projeto Cairuçu teve como prioridade este objetivo: promover a disseminação da informação, do conceito de desenvolvimento sustentável, estimular a participação dos envolvidos na formulação e resolução dos seus problemas, bem como a tentativa de integração das várias instâncias do poder, incluindo o próprio Condomínio Laranjeiras⁵, que entrou com cerca de 50% dos recursos financeiros do Projeto e como seqüência do convênio com a SOS Mata Atlântica resolveu criar sua própria ONG sócioambiental, a Associação Cairuçu, que além de administrar o Centro de Informações está atuando nas comunidades do seu entorno.

Embora o IBAMA não tenha sido tão atuante e presente no Projeto Cairuçu como foi a Prefeitura e sua Secretaria de Educação, entendimentos com a nova direção do órgão indicam que o Plano de Gestão da APA será devidamente complementado com a inclusão das atividades que contarão com sua participação efetiva, bem como com a supervisão técnica determinada pelo próprio termo de cooperação, e que não ocorreu até então.

⁵ O Condomínio Laranjeiras, composto em sua maioria por paulistas de altíssimo poder aquisitivo, foi instalado no final dos anos 70 próximo a Trindade dentro de um contexto de conflito com as comunidades vizinhas, e justamente por este motivo resolveu apoiar o Projeto Cairuçu.

Após sua aprovação pelo IBAMA, fato não determinante mas altamente desejável, a Fundação SOS Mata Atlântica terá maior motivação para dar continuidade à sua atuação na região.

Quanto ao IEF, o maior desafio é a mudança de categoria da Reserva Ecológica para sua adequação ao SNUC. A proposta do Plano é que a área venha a ser uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pois a atividade turística vem aumentando a cada dia. Caso a área ocupada pelos caiçaras não tenha maiores restrições do que na APA, suas posses serão vendidas com maior velocidade do que já vem ocorrendo.

Já com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a população local poderá e deverá receber maior apoio e capacitação para fortalecer sua identidade cultural e conciliar a atividade turística com a continuidade e desenvolvimento do seu modo de vida tradicional.

Atualmente ocorre a crescente venda de posses e transformação do caiçara em pedreiro e caseiro, principalmente no Saco do Mamanguá e no Pouso da Cajaíba, pois a disponibilidade de pescado está chegando a um ponto crítico.

Por outro lado o cultivo das roças e a utilização dos recursos florestais para a confecção de canoas e o próprio artesanato sofrem crescentes restrições legais, dificultando a sobrevivência e descaracterizando culturalmente as comunidades tradicionais na REJ, apesar de várias iniciativas importantes para o desenvolvimento sustentado da área, como o Projeto Caixeta⁶ e a proteção dos ambientes marinhos contra a pesca de arrasto (AMAM – Associação de Moradores e Amigos do Saco do Mamanguá).

No período de elaboração do Plano de Gestão foram criadas as Associações de Moradores da Ponta da Juatinga, da Praia Grande da Cajaíba, do Calhaus e da Ilha do Araújo.

Apesar das dificuldades de organização e participação das comunidades, da desarticulação dos órgãos ambientais e da ausência marcante de ações efetivas de proteção ambiental na área, com algumas exceções, acreditamos que todo este processo tenha sido importante na região, e foi reconhecido conforme avaliação realizada por consultor independente contratado pela SOS Mata Atlântica.

A aprovação final, publicação do Plano de Gestão, o levantamento de recursos para sua implantação pelas várias instituições que atuam na área, bem como maior disseminação das suas informações e propostas junto à população local, serão ainda apenas um segundo passo para a continuidade da gestão participativa que não pode ser interrompida, por fazer parte de um processo educativo e civilizador para todos os envolvidos. É praticamente impossível para uma única instituição implantar uma unidade de conservação, principalmente um punhado delas, como ocorre em Paraty.

O Projeto Cairuçu teve o apoio financeiro do Condomínio Laranjeiras, PROLATA, Harmonia Global, Sorriso Herbal, Fundação SOS Mata Atlântica, Reserva da Biosfera da Mata

Atlântica e UNESCO, El Paso, Prefeitura de Paraty, Polibrasil, Bank of América, Ecosolidariedade, Ecosorb.

Foram aplicados quase 500 mil reais entre 1999 e 2003, incluindo a aquisição do terreno e construção do Centro de Informações Ambientais do Cairuçu.

BIBLIOGRAFIA

- **IBAMA/ProBocaina/UNICAMP**, 2001, Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina.
- **SOS Mata Atlântica/IBAMA/IEF/PMP**, 2002, Plano de Gestão Ambiental da APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga, em análise pelo IBAMA.
- **SOS Mata Atlântica/INPE**, 2002, Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica
- **Congresso Federal**, 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9985/2000

Todas as figuras foram produzidas pela autora a partir do Sistema Geográfico de Informações do Plano de Gestão da APA de Cairuçu e Reserva da Juatinga.

⁶ Coordenado pelo Laboratório de Silvicultura Tropical da ESALQ, com apoio do IBAMA